











Entre a norma e a realidade: a percepção de estudantes sobre o bullying em uma escola no norte de Minas Gerais

Between norm and reality: students' perception of bullying in a school in northern Minas Gerais

1. Jheimisson Ferreira de Oliva  <https://orcid.org/0009-0009-0507-2672>
1. Universidade Estadual de Montes Claros  Montes Claros, Minas Gerais, Brasil
2. Lérica Maria Mendes Veloso  <https://orcid.org/0000-0002-8513-1311>
2. Universidade Estadual de Montes Claros  Montes Claros, Minas Gerais, Brasil
3. Rahyan de Carvalho Alves  <https://orcid.org/0000-0001-7225-5959>
3. Universidade Estadual de Montes Claros  Montes Claros, Minas Gerais, Brasil
- 4 Carlos Alexandre de Bortolo  <https://orcid.org/0000-0003-4304-8824>
4. Universidade Estadual de Montes Claros  Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

Autor de correspondência: jheimissonoliva@gmail.com

RESUMO

O bullying, entendido como violência sistemática marcada por ações intencionais, repetitivas e desiguais em termos de poder entre agressores e vítimas, constitui um dos mais sérios desafios no ambiente escolar contemporâneo, tanto em sua forma presencial quanto digital (cyberbullying). No contexto escolar, afeta crianças e adolescentes, prejudicando o seu desenvolvimento emocional, social e acadêmico. Com os avanços tecnológicos, o cyberbullying ampliou os limites dessa prática, gerando preocupações adicionais. Este estudo, realizado numa escola no Norte do Estado de Minas Gerais, busca diagnosticar a ocorrência e os impactos do bullying, analisando aspectos como segurança, tipos de agressões, reações dos estudantes e desafios de integração. Por meio de questionários aplicados, foi possível identificar tendências, como a predominância do bullying verbal e social, além da visão crítica dos estudantes sobre a atuação da escola face a este problema. Os resultados destacam a importância de estratégias que promovam um ambiente acolhedor, seguro e respeitoso, com intervenções planejadas voltadas à inclusão e harmonia entre os estudantes.

Palavras-chave: Bullying. Violência escolar. Prevenção.

ABSTRACT

Bullying, understood as systematic violence characterized by intentional, repetitive actions and unequal power relations between aggressors and victims, constitutes one of the most serious challenges in the contemporary school environment, both in its face-to-face and digital forms (cyberbullying). In the school context, bullying affects children and adolescents, harming their emotional, social, and academic development. With technological advances, cyberbullying has extended the reach of this practice, raising additional concerns. This study, conducted at Escola Estadual Delfino Magalhães, aims to

diagnose the occurrence and impacts of bullying by analyzing aspects such as safety, types of aggression, student responses, and integration challenges. Through the application of structured questionnaires, trends were identified, such as the predominance of verbal and social bullying, as well as a critical perception of the school's role among older students. The results underscore the importance of strategies that foster a welcoming, safe, and respectful environment, with planned interventions focused on inclusion and harmony among students.

Keywords: Bullying. School violence. Prevention.

Introdução

O bullying é, de fato, um problema social grave. Ele transcende a mera agressão individual para se configurar como uma forma de violência sistemática que gera impactos em diversas escalas geográficas e sociais. Por essa razão, o bullying torna-se o foco de discussões em diversas áreas do conhecimento, como geografia, educação, saúde e direito, entre outras.

Sua incidência, bem como suas consequências, tem sido cada vez mais debatida e combatidas por meio de ações como campanhas de prevenção e combate, palestras sobre o tema, entrevistas, podcasts e outras que são divulgadas pelos meios de comunicação. Essa prática é caracterizada como uma forma de violência sistemática interpessoal, marcada pela intimidação entre indivíduos. Trata-se de qualquer comportamento ou ação agressiva, intencional e repetitiva, que ocorre numa relação desigual de poder entre agressores e vítimas (Olweus, 2013; Pereira, 2008; Silva, 2010). Esse tipo de abuso pode manifestar-se tanto de forma física quanto psicológica (Bandeira; Hutz, 2010).

Conforme o Artigo 146-A, da Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, o bullying caracteriza-se por atos intencionais e repetitivos de violência física ou psicológica, praticados individualmente ou em grupo, sem motivação evidente, por meio de humilhação, discriminação ou ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais. A prática do bullying ocorre, muitas vezes, com ausência de "motivação evidente", o que o diferencia de outros tipos de violência, devido ao seu intrínseco caráter de dominação e exclusão.

No contexto escolar, independentemente de se tratar de instituições públicas ou

privadas, o bullying tem sido investigado e categorizado como uma prática a ser combatida, uma vez que sua prática afeta diretamente crianças e adolescentes, configurando-se como uma questão de relevância global, com impacto significativo, especialmente na educação e na saúde, tanto no Brasil quanto em âmbito internacional. Com os avanços tecnológicos, o bullying ultrapassou os limites físicos e migrou para o ambiente virtual, recebendo a denominação de cyberbullying. Essa prática configura-se como a manifestação digital do bullying, e sua essência reside no emprego de ferramentas e ambientes digitais como a internet e dispositivos eletrônicos para a perpetuação e propagação de intimidações sistemáticas. No ambiente virtual, a velocidade de propagação dessa violência é relativamente superior à do ambiente físico, podendo alcançar extensões sem precedentes (Bauman, 2001).

As consequências devastadoras dessa forma de agressão são relatadas em algumas pesquisas, como as realizadas por Menesini, Modena e Tani (2009), Olweus (2013), Rigby (2003), Stassen Berger (2007) e Swearer et al. (2011), que detalham os principais efeitos sofridos pelas vítimas nesse tipo de violência, tais como solidão, ansiedade, depressão, isolamento social, queda de rendimento acadêmico e problemas físicos, entre outros. Observa-se que as consequências tanto do bullying quanto do cyberbullying podem prolongar-se por anos, afetando profundamente as vidas das vítimas.

No Brasil, a gravidade dessa conduta foi reconhecida e tipificada penalmente pela Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Esta legislação estabelece que a intimidação sistemática virtual, termo legal para o cyberbullying, abrange qualquer ato realizado "por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real". A referida lei, em seu parágrafo único, prevê pena de reclusão de 2 a 4 anos, além de multa, ressaltando que a sanção pode ser maior, caso a conduta configure crime de gravidade superior. Essa recente alteração legislativa representa um avanço significativo no arcabouço jurídico brasileiro, pois não apenas criminaliza expressamente o cyberbullying, mas também reforça a responsabilização dos agressores e a proteção das vítimas no complexo e dinâmico espaço virtual.

Este problema configura-se como uma questão crítica a ser abordada e combatida no ambiente escolar, pois tem sido impulsionado pelo crescimento expressivo de casos nos últimos anos. Nesse sentido, dados alarmantes divulgados pelo Observatório Nacional dos Direitos Humanos (Brasil, 2023) revelam que, somente em 2023, mais de 13 mil casos de violência interpessoal foram registrados em escolas. Desses, aproximadamente 17% referiam-se a situações de violência autoprovocada, um dado que acende um alerta sobre o impacto psicológico do ambiente.

Observa-se que, embora o bullying já tenha se consolidado como um tema relevante no campo educacional e nas ciências sociais, humanas e ambientais, ainda é essencial a realização de pesquisas que abordem essa problemática em contextos locais, uma vez que constitui um fenômeno recorrente nos diferentes contextos escolares, com repercussões significativas no desenvolvimento social, emocional e acadêmico dos estudantes. Assim, investigar suas manifestações, os tipos mais frequentes e as formas como os alunos percebem e enfrentam tais situações é fundamental para orientar políticas e práticas educativas mais eficazes, capazes de promover um ambiente escolar seguro e inclusivo. Este estudo justifica-se pela necessidade de produzir dados empíricos sobre o bullying em escolas públicas de Montes Claros/MG, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias de prevenção, intervenções pedagógicas e fortalecimento da integração social entre os estudantes.

Este trabalho sobre bullying teve sua origem em uma atividade de intervenção proposta no curso tecnólogo em Gestão Pública. Durante o acompanhamento das aulas de Geografia no Ensino Fundamental II em uma escola estadual, foi possível observar de forma recorrente situações de desrespeito, intimidação e violência simbólica entre os próprios estudantes. Essas manifestações, muitas vezes naturalizadas no cotidiano escolar, revelaram a presença de diferentes formas de bullying que afetavam tanto o clima educativo quanto o bem-estar dos alunos. A partir dessa vivência prática e da necessidade de compreender melhor a dinâmica dessas relações, surgiu a motivação para desenvolver uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema, articulando observações empíricas, fundamentos teóricos e a importância de fortalecer ações preventivas no ambiente escolar.

O objetivo deste artigo é investigar a percepção dos estudantes do Ensino Fundamental II sobre a ocorrência e os impactos do bullying, analisando aspectos como segurança, tipos de agressão, reações dos alunos e desafios de integração social, a fim de compreender as dimensões física, emocional e institucional desse fenômeno no contexto escolar. Para alcançar tal objetivo, foi utilizada a metodologia qualiquantitativa, por meio de revisão da literatura e pesquisa de campo, com aplicação de questionário estruturado, análise e tabulação dos dados.

Assim, na etapa de Revisão da Literatura, foram consultadas obras relevantes de autores como Fante (2005, 2008); Dubet (2008); Abramovay (2002, 2005); Žižek (2013); Bandura (1977); Bauman (2005); Vygotsky (1984), entre outros. Essa revisão fundamentou as bases teóricas e conceituais do estudo. Ademais, foi realizada pesquisa documental considerando as principais leis que regem o tema, como Lei nº 8.069/1990, Lei nº 13.185/2015 e Lei nº 14.811/2024, além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, aplicado a 5 (cinco) turmas, no turno matutino e 4 turmas, no turno vespertino, do ensino fundamental II. Os resultados desta pesquisa permitiram identificar tendências, padrões e disparidades entre as turmas. Entre eles, a percepção desigual de segurança física, a abordagem da escola frente aos casos de bullying, além das formas como a agressão se manifesta: verbais, físicas, sociais ou virtuais. Além destes aspectos, esta pesquisa mostra as principais formas como as vítimas reagem, bem como a reação dos demais estudantes que presenciaram a prática de bullying. Outro ponto abordado foram os desafios enfrentados pela escola e comunidade escolar frente a esse problema, o que evidencia a necessidade urgente de ações mais consistentes que promovam o respeito, o diálogo e o sentimento de pertencimento no ambiente escolar.

Nesta direção, acredita-se que, embora esta temática seja palco de estudos e debates nos últimos anos, ainda há carência de pesquisas que abordem esta prática em contextos locais e institucionais específicos em que a violência escolar se manifesta. Uma vez que as limitações físicas, emocionais e institucionais se tornam particularmente evidentes em escolas, onde os desafios relacionados à convivência são intensificados

por desigualdades regionais, vulnerabilidades socioeconômicas e carência de políticas públicas de mediação de conflitos eficazes, compreender o fenômeno do bullying exige um olhar sensível às dinâmicas locais, aos processos de exclusão e às formas cotidianas de violência que atravessam as relações escolares. Dessa forma, nesta pesquisa, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e escolar, buscando fortalecer a discursão para a criação de políticas educacionais mais eficazes, contextualizadas e voltadas à promoção de ambientes escolares seguros, inclusivos e acolhedores.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos simples, e tem como objetivo compreender as percepções dos estudantes sobre o bullying escolar e os mecanismos de violência simbólica e estrutural no contexto da Escola, localizada no norte de Minas Gerais.

Foi realizada Revisão da Literatura, com consultas a obras relevantes de autores como Fante (2005, 2008); Dubet (2008); Abramovay (2002, 2005); Žižek (2013); Bandura (1977); Bauman (2005); Vygotsky (1984), entre outros. Essa revisão fundamentou as bases teóricas e conceituais do estudo. Ademais, foi realizada pesquisa documental, considerando as principais legislações relacionadas à educação, proteção e prevenção à violência escolar, incluindo: a Base Nacional Comum Curricular; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying); e a Lei nº 14.811/2024, especialmente o Artigo 146-A, que dispõe sobre medidas de prevenção e responsabilização em casos de violência escolar.

A definição dos estudantes da educação básica que participaram da pesquisa ocorreu após reunião com a direção da escola e especialistas da Educação Básica, que orientaram para que a investigação fosse realizada com estudantes do Ensino Fundamental II, mas, sobretudo, nas características específicas dessa etapa da educação básica. Nessa fase, que abrangeu predominantemente estudantes entre 11 e 14 anos,

manifestaram-se intensas transformações cognitivas, sociais e emocionais, tornando particularmente relevantes as interações interpessoais no cotidiano escolar.

Adicionalmente, o Ensino Fundamental II configura um momento fundamental para a construção de vínculos de pertencimento e empatia, elementos centrais para o estabelecimento de ambientes escolares seguros, inclusivos e propícios ao desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, investigar o bullying nessa etapa possibilita compreender de maneira mais aprofundada tanto os padrões de agressão quanto as estratégias de enfrentamento adotadas pelos alunos, fornecendo subsídios consistentes para a formulação de intervenções pedagógicas e políticas de prevenção mais efetivas.

Participaram da pesquisa um total de 9 (nove) turmas do Ensino Fundamental II dos turnos matutino e vespertino. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, composto por 18 perguntas objetivas e semiabertas, que abordaram os temas como segurança física na escola, vivência ou testemunho de bullying, tipos de agressão, reações diante das situações de violência e percepção da atuação da escola frente aos conflitos. O questionário foi aplicado presencialmente em sala de aula, com a anuência da equipe pedagógica da escola.

Após a aplicação, os dados foram organizados e inseridos na plataforma Google Forms, que possibilitou o armazenamento das respostas e a criação de gráficos ilustrativos.

Para a análise qualitativa, foram selecionadas 6 (seis) perguntas consideradas centrais: “Você se sente fisicamente seguro na escola?”; “Você sente que a escola leva a sério os casos de bullying?”; “Você já foi vítima de bullying na escola?”; “Que tipo de bullying você presenciou ou sofreu?”; “Como você reagiu ao presenciar ou sofrer bullying?”; e “Qual é o maior desafio para que sua sala de aula seja mais unida?”.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), articulando os resultados empíricos com os referenciais teóricos sobre violência escolar e desigualdades estruturais, especialmente os trabalhos de Abramovay, Dubet e Žižek. O cruzamento entre as respostas dos estudantes, os gráficos obtidos via Google Forms e os conceitos teóricos permitiram construir uma

interpretação crítica e contextualizada das formas de violência presentes no ambiente escolar, com atenção especial aos processos de exclusão, silenciamento e reprodução de desigualdades simbólicas entre os estudantes.

O bullying como expressão da violência simbólica e estrutural no ambiente escolar

A violência simbólica no ambiente escolar é um tema que merece atenção. Como observa Souza (2012, p. 22), "novas formas de violência escolar nascem cotidianamente, fatos estes que têm tornado a violência o objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas, pois ela afeta a sociedade como um todo". Entre essas manifestações, destacam-se os agressores, comprometendo o clima escolar como um todo.

O termo "bullying", originado da literatura psicológica anglo-saxônica, refere-se a comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, praticados em situações de desequilíbrio de poder. Fante (2005, p. 28) explica que "bully" pode ser traduzido como "valentão", "tirano" ou "brigão", e que "bullying" envolve ações como "tiranizar", "amedrontar" ou "oprimir". No Brasil, a adoção do termo se deu pela ausência de um equivalente preciso na língua portuguesa. Essas ações incluem agressões físicas e psicológicas, exclusões sociais e discriminações reiteradas (Lopes Neto, 2005), normalmente perpetradas entre colegas, sem causa evidente, em que os agressores se aproveitam da vulnerabilidade de suas vítimas (Martins, 2005; Antunes e Zuin, 2008).

Tognetta (2005) argumenta que tanto as vítimas quanto os agressores requerem apoio: as primeiras enfrentam queda da autoestima, traumas emocionais e dificuldades relacionais, enquanto os agressores manifestam deterioração de valores e comprometimento no desenvolvimento moral. Para Antunes e Zuin (2008), o bullying não pode ser dissociado de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, muitos deles sustentados por estruturas de preconceito e exclusão.

A modernidade líquida, descrita por Bauman (2005), agrava esse cenário ao incentivar o culto ao consumo e à aparência em detrimento da empatia e da solidariedade. Nesse contexto, relações interpessoais tornam-se superficiais e transitórias, abrindo espaço para o esvaziamento de vínculos afetivos e o fortalecimento

de atitudes agressivas. O bullying, nesse sentido, não é um desvio isolado, mas um sintoma de uma cultura mais ampla que estimula a competição, o individualismo e a desumanização do outro.

Conforme Chalita (2008, p. 82-83), o bullying pode ocorrer de forma direta, como empurrões, insultos e agressões físicas mais comuns entre meninos, ou indireta, como fofocas, difamações e exclusões sociais mais frequentes entre meninas. Ambas as formas produzem impactos profundos e duradouros nas vítimas. Fante (2005) enfatiza que as consequências do bullying não se limitam aos envolvidos diretamente: os espectadores, ao presenciarem a violência e permanecerem passivos, internalizam sentimento de impotência ou cumplicidade, o que contribui para a naturalização da violência.

No Brasil, o bullying escolar é recorrente em instituições públicas e privadas. Fante (2005) aponta que, frequentemente, essas práticas ocorrem até mesmo em salas de aula sob a supervisão de professores, mas são tratadas com negligência pelas instituições. Atos inicialmente vistos como "brincadeiras" podem evoluir para comportamentos persistentes e danosos, com sérias repercussões emocionais, físicas e psicológicas.

A legislação brasileira reconhece a gravidade do problema. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) garante direitos como liberdade, dignidade e respeito às crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Complementarmente, a Lei nº 13.185/2015 institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, classificando o bullying em diversas categorias: verbal, moral, sexual, social, psicológico, físico, material e virtual (Brasil, 2015).

Esta última, conhecida como *cyberbullying*, abrange ações realizadas via internet que geram constrangimento, humilhação e incitação à violência. Em reforço a esse arcabouço jurídico, a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, representa um avanço significativo ao incluir expressamente a prática do bullying e do cyberbullying no rol de crimes hediondos quando associados a resultados mais graves, como lesão corporal grave ou morte (Brasil, 2024).

Além disso, a nova legislação estabelece diretrizes para a promoção de ambientes escolares mais seguros, exigindo das instituições de ensino ações preventivas, protocolos de acolhimento e instrumentos pedagógicos que favoreçam a cultura da paz e do respeito mútuo. Dessa forma, a Lei nº 14.811/2024 não apenas endurece o tratamento penal das consequências extremas do bullying, mas também reforça a importância da conscientização e da prevenção como estratégias centrais para a proteção da infância e da juventude no ambiente escolar.

Autores contemporâneos aprofundam a análise do bullying como reflexo das estruturas simbólicas e institucionais da escola. Para Ortega (2003), a violência se manifesta sempre que o poder de um é imposto sobre o outro, física ou psicologicamente. Já para Lopes (2005, p.166):

Denomina o *bullying* em três classificação de estilo, que é o bullying direto, que envolve a imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais; o Bullying indireto, que está relacionado com as indiferenças, o *ciberbullying* que ocorre através de internet ou aparelhos celulares assediando, ameaçando, discriminando ou fazendo fofocas para difamar a vítima.

Abramovay e Rua (2002, p. 73) reforçam essa visão ao demonstrarem que a violência escolar é um fenômeno complexo, que transcende a agressão física e abrange dimensões simbólicas, institucionais e relacionais. Em suas pesquisas, as autoras revelam que o bullying está frequentemente relacionado a exclusões baseadas em raça, gênero, orientação sexual, classe social ou desempenho escolar. Essas agressões, segundo elas, inserem-se numa cultura institucional autoritária, marcada pela ausência de espaços democráticos de escuta e participação.

Na mesma linha, Dubet (2008) interpreta a escola como um espaço de reprodução de desigualdades sob o manto da meritocracia. Para ele, a escola funciona com base em três lógicas contraditórias: instrução, integração e seleção que, em vez de promoverem justiça, reforçam a exclusão simbólica de estudantes oriundos das camadas populares. O bullying, nesse contexto, expressa sentimento de injustiça, fracasso e desvalorização, sobretudo entre aqueles que não se encaixam nos padrões escolares normativos de comportamento, linguagem ou aparência.

Žižek (2013) amplia ainda mais o debate ao propor o conceito de violência sistêmica, que engloba tanto a violência simbólica (ideológica, cultural) quanto a estrutural (social, econômica). Para o autor, a atenção à violência visível como o bullying muitas vezes oculta formas mais profundas. No contexto escolar, isso significa que o bullying é um efeito visível de um sistema educacional excludente, que marginaliza determinados grupos e reproduz desigualdades históricas.

Essas análises encontram respaldo em dados empíricos recentes de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2019), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que aponta que aproximadamente 23% dos estudantes do 9º ano relataram sentir-se humilhados por colegas. As principais motivações apontadas foram aparência do corpo (16,5%), aparência do rosto (11,6%) e cor ou raça (4,6%), o que demonstra a influência de estigmas sociais na experiência escolar (IBGE, 2020).

No que se refere à população LGBTQIA+, um levantamento recente divulgado pela Agência Brasil, com base em pesquisa do Instituto Locomotiva, revelou que nove em cada dez estudantes LGBTQIA+ afirmaram ter sofrido agressão verbal, e 34% relataram ter sofrido agressão física dentro do ambiente escolar (Agência Brasil, 2025). Esses dados reforçam o papel das escolas não apenas como espaços de socialização, mas também como locais onde normas excludentes podem ser reproduzidas e onde a violência simbólica e física se manifesta.

Diante desse panorama, é insuficiente tratar o bullying como um mero problema de disciplina ou de relações interpessoais. Ele deve ser interpretado como sintoma de um sistema de opressões simbólicas e estruturais que atravessa o cotidiano escolar e reflete a organização desigual da sociedade brasileira. O enfrentamento efetivo do problema exige políticas públicas que ultrapassem a responsabilização individual dos agressores, promovendo mudanças estruturais na cultura escolar, com ênfase em práticas pedagógicas inclusivas, valorização da diversidade e fortalecimento da empatia como princípios educativos.

Importância da intervenção do combater o bullying na escola

A escola ocupa um papel central na formação dos indivíduos e na construção de uma sociedade mais justa, funcionando como espaço privilegiado de aprendizado, troca de experiências e convivência. Além de promover o conhecimento formal, ela deve possibilitar a integração social e oferecer condições para uma vida mais digna. No entanto, como apontam diversos estudos, esse mesmo espaço pode se tornar um ambiente de reprodução de práticas violentas, afetando diretamente as relações interpessoais. Abramovay (2005) ressalta que a violência escolar, incluindo o bullying, frequentemente é naturalizada no cotidiano, mascarada sob formas de “brincadeiras” ou “conflitos normais da adolescência”, o que agrava sua persistência e invisibilidade.

Nesse contexto, o bullying se apresenta como uma expressão recorrente de agressividade e dominação entre os estudantes, geralmente motivada por diferenças percebidas de raça, classe, aparência, gênero ou orientação sexual. Conforme Fante (2010, p. 36):

Essa forma de violência gratuita ocorre na relação entre pares, sendo sua incidência maior entre os estudantes, no espaço escolar. Caracteriza-se pela intencionalidade e continuidade de ações agressivas contra a mesma vítima, sem motivos evidentes, resultando danos e sofrimentos, e dentro de uma relação desigual de poder, o que possibilita a vitimação. [...] O bullying tem como marca constitutiva o desrespeito, a intolerância e o preconceito – que impregna as relações humanas em todas as sociedades – contra alguma característica que destaca ou diferencia a vítima dos demais.

Segundo Fante (2005), trata-se de um problema disseminado em todas as modalidades e turnos escolares, exigindo um olhar atento e crítico por parte da comunidade educativa. De forma complementar, Só (2010) enfatiza a necessidade de disseminar informações sobre o tema, fortalecendo uma cultura de paz e respeito mútuo.

A literatura especializada mostra que a intervenção precoce e articulada é fundamental para o enfrentamento eficaz do bullying. De acordo com Almeida, Silva e Campos (2000, p.15), o trabalho conjunto entre educadores, famílias e profissionais da saúde permite não apenas a detecção de sinais precoces, mas também o

encaminhamento adequado das vítimas e agressores, promovendo um ambiente escolar mais saudável. Essa perspectiva é reforçada por Silva (2010, p.12), que chama a atenção para o silêncio frequente das vítimas, motivado por medo de retaliações ou vergonha. Por isso, o diálogo aberto, a escuta ativa e a criação de vínculos de confiança são estratégias indispensáveis no combate à violência escolar.

O olhar da escola sobre seus próprios processos pedagógicos e relações de poder também é fundamental para compreender a gênese do bullying. Dubet (2008) propõe que a escola moderna opera sob lógicas muitas vezes contraditórias de meritocracia, seleção e integração que, ao invés de promover igualdade, podem intensificar sentimentos de exclusão e fracasso. Nesse sentido, o bullying é mais do que um comportamento individual: é uma expressão de um sistema escolar que frequentemente falha em acolher e reconhecer a diversidade de seus sujeitos. A injustiça percebida no cotidiano escolar, segundo Dubet, gera frustrações e tensões que se manifestam, não raro, em práticas violentas entre os estudantes.

Esse cenário exige uma reconfiguração crítica da escola como espaço social. Para tanto, Vygotsky (1984) nos lembra que o desenvolvimento humano ocorre nas relações sociais e que o ambiente escolar deve proporcionar interações construtivas e solidárias. Assim, atividades de conscientização sobre o bullying, se bem conduzidas, podem fomentar valores de empatia e cooperação, transformando o *ethos* escolar. Libâneo (2013) acrescenta que tais ações devem estar articuladas ao desenvolvimento de competências socioemocionais, como a empatia, a escuta e a resolução de conflitos, o que pode ser operacionalizado por meio de projetos interdisciplinares, conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (2012) reforça o compromisso legal da escola em garantir a liberdade, o respeito e a dignidade dos estudantes, protegendo-os contra toda forma de violência ou tratamento constrangedor. Hamze (2014) destaca que as estratégias de prevenção devem ser adequadas à realidade de cada escola e envolvem o engajamento de todos os segmentos da comunidade escolar. Monteiro (2006) complementa ao afirmar que a construção de um ambiente de respeito só é

possível com a participação efetiva de professores, funcionários, pais e estudantes na definição das ações.

Embora o diálogo seja uma ferramenta essencial, Fante (2008) alerta para a necessidade de que ele seja objetivo, acolhedor e transformador não se reduzindo a sermões ou discursos morais ineficazes. Para ele, é fundamental estabelecer normas claras de convivência, desconstruir mitos sobre o bullying e oferecer suporte técnico e emocional às vítimas. A atuação da escola, portanto, deve ser planejada, contínua e sensível às complexidades sociais envolvidas.

Nesse ponto, a teoria crítica de Žižek (2013), amplia o entendimento do bullying ao afirmar que o foco excessivo nas violências interpessoais tende a obscurecer as violências sistêmicas que estruturam as relações sociais. Para o autor, a escola, enquanto microcosmo social, reproduz lógicas de exclusão, competição e normalização que sustentam o próprio surgimento do bullying. Combater o problema de maneira eficaz exige, portanto, não apenas lidar com seus sintomas, mas também questionar as bases simbólicas e materiais da violência cotidiana. Isso inclui repensar o papel da escola como espaço de reprodução ideológica e como possível *locus* de resistência e transformação social.

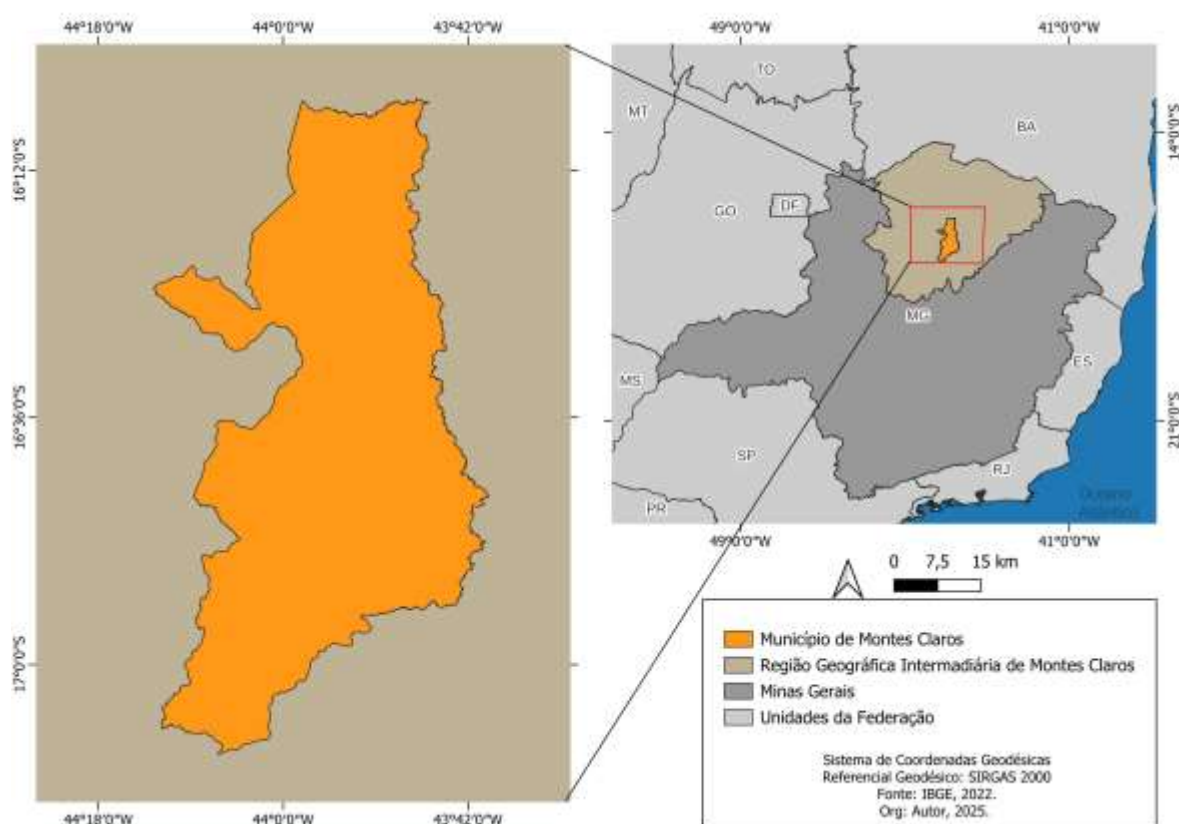
Bandura (1977), por sua vez, reforça a importância do modelo social no comportamento humano, defendendo que atitudes são aprendidas pela observação e imitação. Nesse sentido, professores, gestores e demais adultos da comunidade escolar precisam atuar como referências de respeito e acolhimento, contribuindo ativamente para a consolidação de uma cultura escolar democrática e não violenta.

Resultados e discussões

O município de Montes Claros localizada a aproximadamente 400 km da capital Belo Horizonte, é uma cidade média que exerce importante função de centralidade regional, atuando como polo comercial, industrial e de serviços para os municípios do semiárido mineiro. A cidade integra a Região Intermediária de Montes Claros (RIMC), composta por 86 municípios distribuídos em sete Regiões Geográficas Imediatas: Espinosa, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas e São Francisco.

De acordo com o Censo de 2022, Montes Claros possui uma população de 414.240 habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 25.870,23 (IBGE, 2022), consolidando-se como a mais populosa e economicamente relevante entre os municípios que compõem a RIMC. Essa região abrange uma área de 128.602 km², equivalente a cerca de 21,85% do território do estado de Minas Gerais, sendo a maior área territorial regional mineira.

Mapa 1 – Localização de Montes Claros em Minas Gerais



Fonte: IBGE, 2022.

Org.: Elaborado pelos autores (2024)

A inclusão do Mapa 1 permite situar espacialmente a área de estudo e reforça o papel de Montes Claros como centro urbano de influência regional. A localização estratégica do município, associada à complexidade de suas dinâmicas sociais, econômicas e territoriais, também se reflete no cotidiano das instituições escolares, onde diferentes grupos sociais convivem e interagem. Nesse contexto, compreender o

fenômeno do bullying requer não apenas atenção às relações interpessoais, mas também ao ambiente espacial em que essas práticas ocorrem.

A partir desse entendimento, a pesquisa avançou para a análise dos dados coletados por meio de questionários aplicados a estudantes do Ensino Fundamental II da escola participante do estudo. As respostas permitiram identificar aspectos relevantes da experiência escolar relacionados ao bullying, à percepção de segurança e à integração social. Entre os elementos analisados, destacam-se a sensação de proteção no ambiente escolar, a forma como a instituição lida com situações de violência, os tipos de bullying vivenciados ou testemunhados pelos alunos, as reações diante dessas ocorrências e os desafios apontados para promover maior união e convivência harmoniosa entre os colegas.

A coleta foi realizada por meio do Google *Forms* e abrangeu turmas dos turnos matutino e vespertino. A seleção dos participantes ocorreu de forma intencional, com foco em estudantes do 6º ao 9º ano, visando abranger um espectro etário mais suscetível à prática de *bullying*, conforme aponta a literatura da área (Fante, 2005; Silva, 2010). A Escola Estadual conta com turmas distribuídas nos turnos da manhã e da tarde, abrangendo do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 01 – Quantidade de alunos por turmas

Turmas matutinas	Quantidade de alunos
6º ano II	37
6º ano III	36
7º ano II	44
8º ano II	41
9º ano I	45
Turmas vespertinos	Quantidade de alunos
6º ano I	36
7º ano I	39
8º ano I	34
9º ano II	28

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos estudantes do Ensino Fundamental II permite compreender de forma integrada a percepção sobre o ambiente escolar, as experiências com o bullying e os fatores que influenciam a coesão social nas salas de aula. As respostas revelam nuances importantes na forma como os alunos vivenciam a segurança física, a atuação da escola diante de situações de violência e o relacionamento interpessoal entre colegas, evidenciando que essas dimensões estão interligadas e se retroalimentam.

No que tange à percepção de segurança física, observou-se na turma do 6º ano II que 81% afirmaram que se sentem seguros na escola, enquanto na turma do 9º ano I as respostas são predominantemente “não”, somando juntas 62%. Ao serem questionados sobre se já foram vítimas de bullying, 60% dos estudantes responderam que sim. Esse dado mostra a presença da prática no ambiente escolar.

No que diz respeito aos tipos de bullying, os mais mencionados foram o verbal, com 51% de apontamento e o social, com indicação de 19% dos entrevistados, sendo os mais citados os apelidos e zombarias, condizentes com as formas mais frequentes descritas por Lopes Neto (2005) e Chalita (2008). Já no que se refere às principais reações dos estudantes ao presenciar ou sofrer bullying, os dados variaram: enquanto 38% relataram buscar ajuda de colegas ou professores, outros preferiram o silêncio (34%), muitas vezes por medo de represálias.

Essa tendência ao silêncio, apontada também por Silva (2010), reflete a carência de canais institucionais eficazes de escuta e acolhimento. Como destaca Abramovay (2002), o bullying frequentemente ocorre em contextos escolares marcados por uma cultura de hierarquização rígida, na qual os estudantes mais vulneráveis não encontram respaldo institucional.

Neste sentido, foram realizadas perguntas a fim de entender o sentimento dos estudantes: “Você sente que a escola leva a sério os casos de bullying?” Esta questão revelou um dado preocupante: 42% dos estudantes responderam negativamente. Isso indica um possível descrédito da comunidade estudantil em relação às ações institucionais e reforça o alerta de Fante e Pedra (2008) quanto à negligência das escolas diante da intimidação sistemática. Nota-se que a ausência de políticas escolares efetivas

para lidar com o bullying contribui para a perpetuação de práticas violentas, minando a confiança dos estudantes na mediação institucional.

Outro ponto abordado foi sobre o sentimento de união das turmas, sendo questionado: “Qual é o maior desafio para que sua sala de aula seja mais unida?”. As respostas foram: criação de grupos fechados formados por estudantes (panelinhas), ausência de respeito mútuo entre os alunos e ausência de empatia. Tais dados evidenciam as dificuldades encontradas no ambiente escolar, o que pode prejudicar a construção de um ambiente de convivência saudável.

Dessa forma, os dados empíricos confirmam que o *bullying* escolar não pode ser interpretado como um problema meramente disciplinar ou comportamental. Ele deve ser compreendido, como defendem Žižek (2013) e Abramovay (2002), como um sintoma visível de um sistema educacional que reproduz desigualdades e violências estruturais. A exclusão simbólica de estudantes que não se enquadram nos padrões normativos de aparência, comportamento ou origem social reforça o argumento de que a violência escolar está intrinsecamente ligada à organização social e cultural.

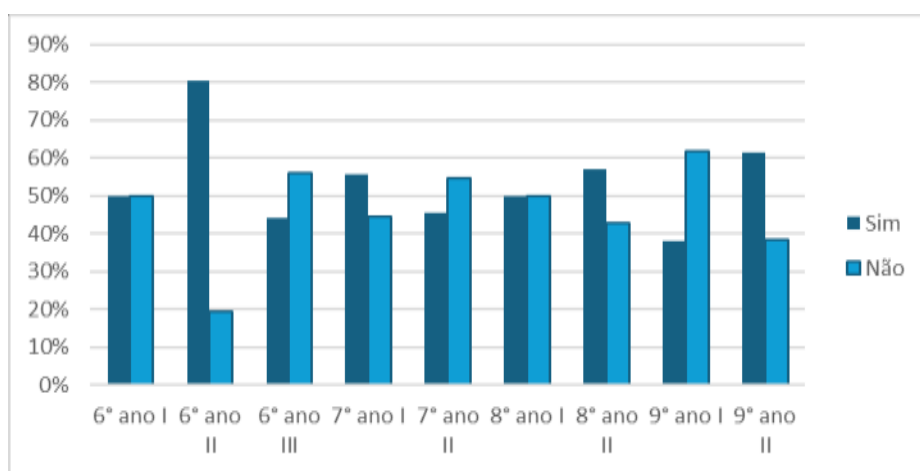
Em resposta a essa realidade, autores como Vygotsky (1984) e Bandura (1977) oferecem contribuições importantes. O primeiro autor destaca o papel das interações sociais no desenvolvimento humano, sugerindo que o ambiente escolar deve promover experiências coletivas construtivas. Já Bandura (1977) argumenta que os comportamentos são aprendidos pela observação de modelos sociais, o que reforça a necessidade de que professores e gestores atuem como referências positivas, promovendo valores de respeito e cooperação.

Assim, torna-se evidente que estratégias eficazes de combate ao bullying exigem não apenas ações pontuais, como palestras ou campanhas, mas uma transformação cultural da escola. É necessário promover o diálogo, fortalecer os vínculos entre estudantes e professores, e implementar políticas permanentes de escuta, mediação e inclusão. Tais medidas, conforme orienta a BNCC, devem estar alinhadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais, à promoção da cidadania e à valorização da diversidade.

Percepção do ambiente escolar (segurança física na escola)

Em primeiro momento foi feita a análise da percepção do ambiente escolar, quanto ao sentimento de segurança física na escola. O 6º ano II apresenta o maior índice de respostas “Sim” com 80%, enquanto no 6º ano III, 7º ano II e no 9º ano I há maior presença de “Não” representando 56%, 55% e 62%, respectivamente, indicando insegurança, conforme a Figura 01.

Figura 1 – Percepção dos alunos sobre a segurança física na escola

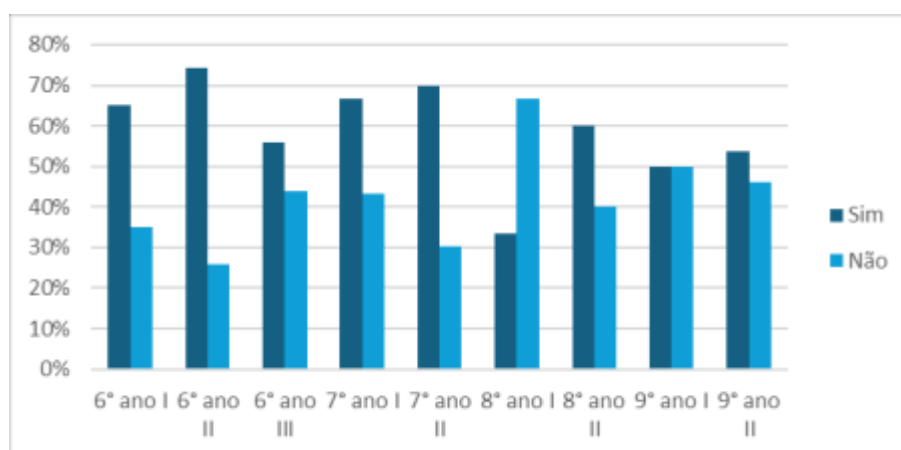


Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Nas turmas 6º ano I e 8º ano I observa-se uma distribuição mais equilibrada entre as respostas "Sim" e "Não", o que indica que os estudantes se sentem seguros apenas em determinadas situações.

59% dos alunos, quando questionados sobre sua percepção frente a abordagem da escola em relação aos casos de bullying, responderam que a escola trata os casos de bullying com seriedade, o que poderia sugerir certo grau de confiança institucional. No entanto, essa percepção positiva não foi uniforme, sendo que 41% do universo da pesquisa, destacaram se negativamente.

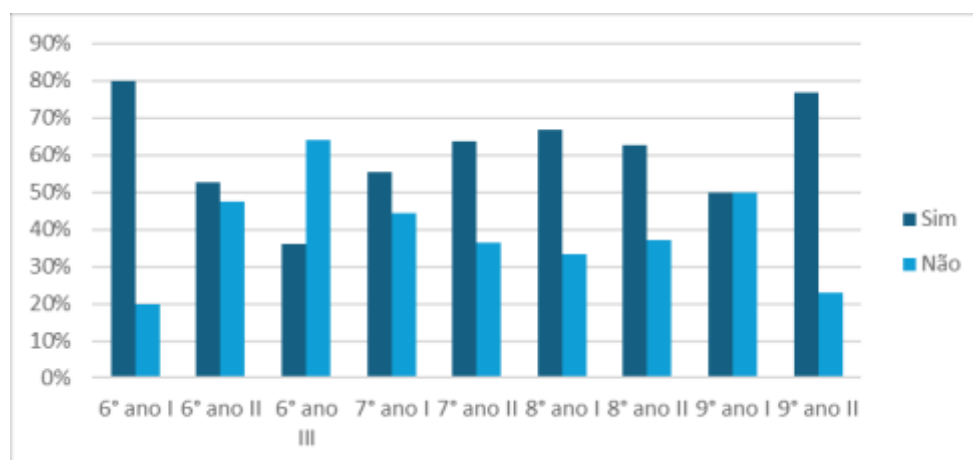
Figura 2 – Percepção dos alunos sobre a postura da escola diante do bullying



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

No que diz, ao papel de proteção e acolhimento da escola, as respostas à pergunta “Você sente que a escola leva a sério os casos de bullying?”, mostraram que os estudantes do 6º e 7º anos ainda tendem a acreditar na função protetiva da escola, enquanto os estudantes do 8º ano, especialmente do 8º Ano I demonstram ceticismo, possivelmente por já terem vivenciado situações em que a mediação institucional foi ineficaz ou inexistente. Esse fenômeno corrobora os apontamentos de Abramovay (2005), que afirma que a escola, ao não intervir de forma consistente diante da violência simbólica e direta, corre o risco de perder sua legitimidade entre os estudantes.

Figura 3 – Alunos que já sofreram bullying na escola



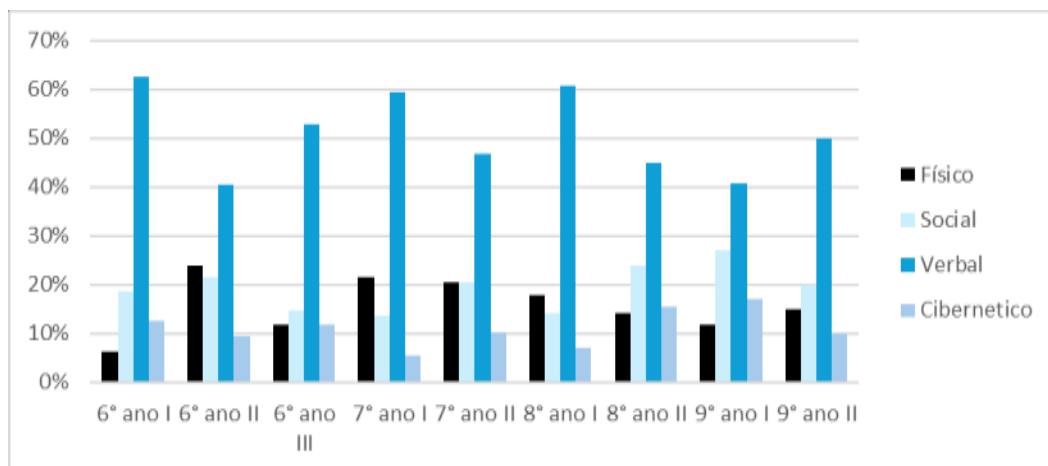
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A Figura 03 sobre a questão “Você já foi vítima de bullying na escola?” evidencia que a experiência com esse tipo de violência é recorrente entre os estudantes do Ensino Fundamental II, embora com variações significativas entre as turmas. No 6º ano I, observa-se o índice mais elevado de vitimização, alcançando cerca de 80%, o que pode estar associado ao processo de adaptação dos alunos ao novo segmento escolar, momento em que surgem fragilidades na integração social. Em contrapartida, no 6º ano III a maioria dos estudantes respondeu negativamente, sinalizando um ambiente mais acolhedor. Nos anos seguintes, a incidência se mantém alta, com destaque para o 8º ano, no qual, aproximadamente, dois terços dos alunos afirmaram já terem sofrido bullying. Já no 9º ano, nota-se um equilíbrio no 9º ano I (50% para cada resposta), mas o 9º ano II volta a apresentar um dos índices mais altos, em torno de 77%. Esses resultados revelam que o bullying está presente em todas as etapas, atingindo tanto alunos mais novos quanto aqueles em fase final da educação básica, e que fatores relacionados ao clima escolar e à dinâmica de cada turma influenciam diretamente na maior ou menor ocorrência dessa prática.

Reações dos estudantes ao bullying

Os dados da pesquisa apontam que o bullying verbal é a forma mais comum de agressão entre os estudantes, representado 51% de toda a pesquisa, presente em todas as turmas com alta frequência. Essa prevalência do bullying verbal reafirma que a violência escolar não se limita ao plano físico, mas se manifesta intensamente por meio da linguagem, do insulto e da humilhação — o que Žižek (2013) conceitua como violência simbólica: uma forma invisível de agressão sustentada por discursos e práticas aparentemente banais, mas profundamente danosas.

Figura 4 – Tipos de bullying presenciados ou sofridos pelos alunos



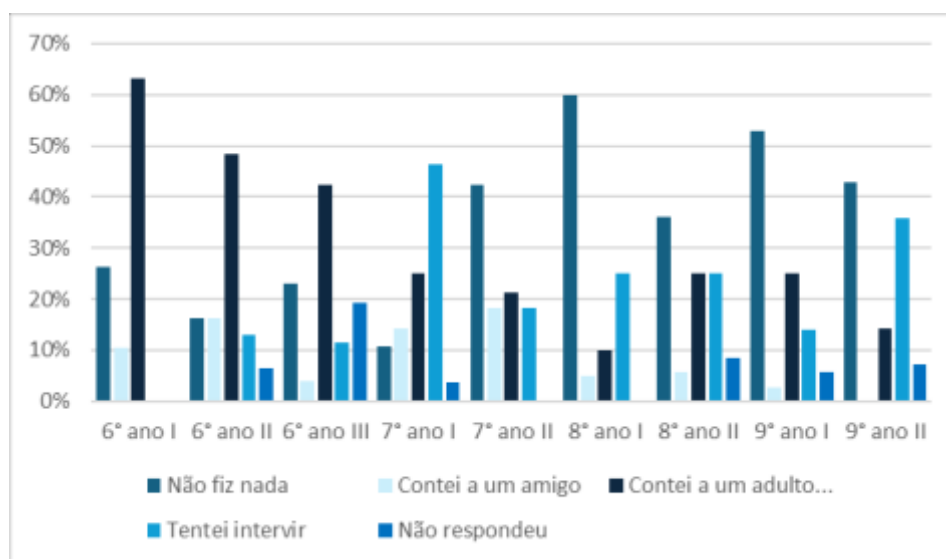
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Já quando abordado sobre o bullying social, caracterizado por exclusão e disseminação de boatos, os dados mostram que este tipo também apresenta incidência elevada, com 19% dos estudantes, sobretudo nas turmas 8º ano II e 9º ano I. Esse índice representa 49% e 47%, respectivamente. Esse percentual pode estar relacionado à intensificação das dinâmicas de competição, aparência e *status* social durante a adolescência, fase em que os vínculos e os grupos de pertencimento ganham centralidade (Bandura, 1977). Já o bullying físico conta com 16% de incidência e, embora presente, é menos frequente e aparece de forma concentrada, como no 6º Ano II, 7º ano I e II.

Reação ao presenciar ou sofrer

As reações dos estudantes diante do bullying indicam mudanças importantes conforme o avanço escolar. A postura de passividade expressa na resposta "Não fiz nada" aumenta significativamente a partir do 8º ano, o que pode sinalizar um sentimento de impotência ou descrença na efetividade das intervenções escolares. Tal cenário é coerente com as análises de Silva (2010), que alerta para a inação das vítimas e testemunhas como consequência da fragilidade dos mecanismos institucionais de apoio, como mostra a Figura 05.

Figura 5 – Reações dos alunos ao presenciar ou sofrer bullying



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Por outro lado, entre os estudantes do 6º ano I, II e III, é mais comum buscar auxílio junto a colegas ou adultos, comportamento que tende a desaparecer nas séries finais. A redução dessa confiança em figuras de autoridade revela uma erosão do vínculo pedagógico, conforme argumenta Vygotsky (1984), para quem o desenvolvimento pleno do sujeito depende de relações significativas e de mediação positiva no processo educativo.

Em contraste, cresce entre os estudantes do 7º ano, 8º ano e 9º ano, a disposição de intervirem diretamente nas situações de *bullying*. Esse dado pode ser interpretado como indício de amadurecimento e empoderamento, mas também como reflexo da necessidade de autodefesa em um contexto no qual as instituições falham em proteger.

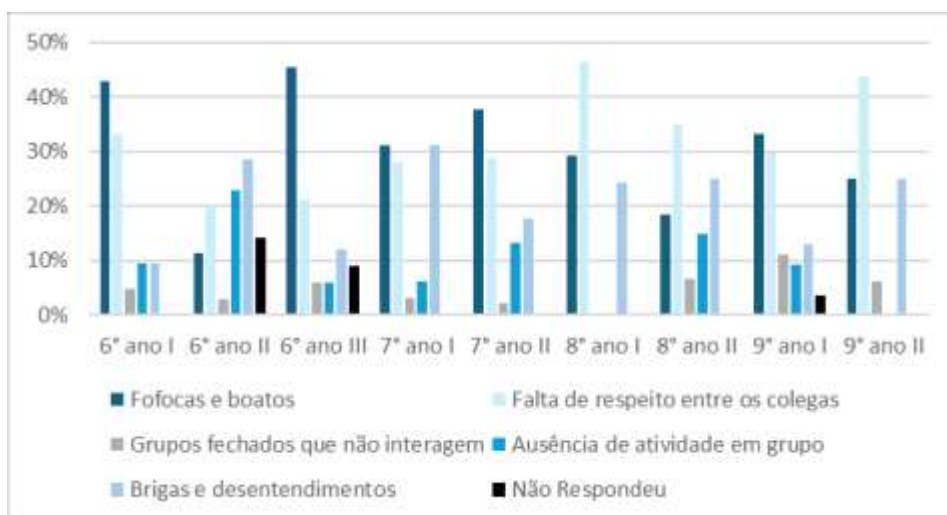
União em sala

Quando indagados sobre os principais obstáculos à união entre colegas, os estudantes mencionaram, com frequência, 31%, fofocas e boatos, especialmente no 6º ano I e III com 43% e 45%. Esses relatos reiteram a centralidade da linguagem como

instrumento de exclusão e dominação simbólica, reforçando a tese de Žižek (2013) sobre os efeitos devastadores da violência discursiva no ambiente escolar.

Com base nos dados obtidos nesta pesquisa, observa-se que existe ausência de respeito, com 32% dos apontamentos, o que é intensificado nas turmas do 8º ano I e 9º ano II. Essa dinâmica evidencia o esgarçamento das relações interpessoais e o enfraquecimento dos valores de empatia e solidariedade, fundamentais para uma convivência democrática. A formação de grupos fechados que não interagem entre si é percebida por uma minoria que representam 5% de toda a pesquisa, sendo mais evidente no 9º Ano I, conforme indica a Figura 06.

Figura 6 – Fatores que dificultam a união entre os colegas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Outro dado importante é a percepção da ausência de atividades em grupo (9%) como fator que dificulta a coesão. Esse elemento, embora não tão recorrente, aparece nas turmas do 6º ano II, 7º ano II e 8º ano II. A falta de estratégias pedagógicas colaborativas pode agravar o isolamento social e comprometer o senso de pertencimento dos estudantes. As brigas e desentendimentos, que representam 21%, são relatados em todas as turmas, mas com destaque para o 6º ano II, 7º ano I, 8º Ano I e o 8º Ano II de acordo com a Figura 06. Essa recorrência pode ser atribuída à instabilidade emocional típica da adolescência, fase em que há maior sensibilidade a conflitos e disputas por reconhecimento (Dubet, 2008).

Os dados analisados revelam que o bullying, a percepção de segurança e a coesão social variam significativamente entre as séries e turmas, mas possuem raízes comuns que apontam para falhas estruturais na mediação institucional e na promoção de uma cultura de respeito. Conforme orienta a Lei 13.185/2015, é dever da escola promover ações contínuas de prevenção e combate à intimidação sistemática. A promoção de um ambiente escolar mais acolhedor requer políticas de escuta ativa, formação docente permanente e desenvolvimento de competências socioemocionais, como propõe a BNCC.

No campo da Geografia, a discussão sobre o bullying mantém grande relevância, uma vez que essa ciência se dedica a compreender como o espaço influencia as relações sociais. A Geografia analisa de que maneira lugares como a escola, o bairro e a comunidade estruturam comportamentos, interações e dinâmicas sociais. Quando se observa a violência manifesta nas práticas de bullying dentro do ambiente escolar, evidencia-se que tais ações não ocorrem de maneira isolada, mas estão profundamente relacionadas às características espaciais e aos contextos nos quais os sujeitos estão inseridos. Assim, o espaço e o lugar participam ativamente da constituição dessas interações.

A geografia também permite compreender como diferentes grupos sociais se relacionam em determinados ambientes e como práticas de exclusão, intimidação e violência podem se ajustar às configurações espaciais existentes. Com isso, estudar o bullying sob uma perspectiva geográfica possibilita identificar como certas áreas, rotinas e dinâmicas do espaço escolar favorecem ou intensificam essas práticas.

A geografia escolar tem papel central na formação de sujeitos críticos e sensíveis às transformações do mundo contemporâneo. Ao trabalhar temas atuais como desigualdades de gênero, violências, racismo e outras questões socioespaciais, a disciplina contribui para ampliar a capacidade dos estudantes de interpretar o que vivenciam dentro e fora da escola. Esses temas, muitas vezes abordados de forma distorcida ou carregados de preconceitos em outros ambientes, exigem tratamento responsável no espaço escolar. Assim, cabe à escola, e particularmente às aulas de

Geografia, possibilitar que os estudantes compreendam sua própria inserção no mundo e desenvolvam consciência cidadã.

Nesse sentido, Cavalcanti (2008) destaca que a Geografia é fundamental para a formação do cidadão, pois oferece ferramentas para que crianças e adolescentes entendam as dinâmicas do espaço e sua própria realidade. Ao discutir o conceito de cidadania, a autora enfatiza que ser cidadão envolve exercer, de maneira ativa e democrática, o direito a ter direitos, incluindo a reivindicação de novos direitos e a ampliação daqueles já existentes. Dessa forma, a escola tem a responsabilidade de orientar sua prática pedagógica para o desenvolvimento da cidadania, tarefa à qual a Geografia escolar se integra de maneira privilegiada. A relação entre democracia, vida urbana e participação social é intrinsicamente ligada à ciência geográfica e permite que a disciplina contribua efetivamente para a formação cidadã.

Cunha e Santos (2016) reforçam essa perspectiva ao afirmar que a escola constitui um espaço estratégico para o enfrentamento das diversas formas de violência que atingem crianças e adolescentes. Além de atuar na prevenção, a instituição tem função central na identificação e notificação dessas ocorrências. Essa responsabilidade não se limita à gestão escolar, pois cada disciplina pode abordar o tema a partir de suas especificidades, e a Geografia, com sua atenção às dinâmicas do espaço, apresenta grande potencial nesse processo.

Nas aulas de Geografia, discutir as diferentes manifestações de violência é indispensável para a construção de uma educação voltada à cidadania. É importante reconhecer que o espaço geográfico é marcado historicamente por relações de dominação e conflitos e que muitas dessas violências estruturam o modo como os sujeitos vivem, se deslocam e se relacionam. Ao compreender como essas práticas moldam os espaços que frequentam, dentro e fora da escola, os estudantes podem desenvolver uma leitura mais crítica da realidade e, conseqüentemente, buscar formas de transformá-la.

Além de sua contribuição teórica para a área da Geografia, esta pesquisa possui importante dimensão social. Investigar o bullying a partir de sua manifestação espacial não apenas favorece a conscientização e a prevenção, como também auxilia na

formulação de políticas públicas e estratégias educativas que considerem as especificidades de cada contexto. Reconhecer que o bullying assume formas particulares em diferentes espaços permite pensar intervenções mais precisas, eficazes e sensíveis às realidades locais.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam que o bullying escolar não pode ser compreendido como simples conjunto de atos isolados, mas como um fenômeno complexo, que reflete e reforça desigualdades sociais, culturais e simbólicas presentes na escola e na sociedade. A análise das percepções dos estudantes do Ensino Fundamental II revelou recorrência de bullying verbal e social, estratégias diferenciadas de enfrentamento e desafios significativos para a construção de vínculos de empatia e cooperação, corroborando autores como Abramovay (2002), Dubet (2008) e Žižek (2013), que associam a violência escolar a estruturas institucionais e simbólicas excludentes.

O estudo contribui ao mapear de forma detalhada e localizada as experiências dos alunos, evidenciando padrões específicos de vulnerabilidade e discrepância entre políticas institucionais e a efetiva proteção no cotidiano escolar. No plano prático, reforça a necessidade de estratégias de intervenção contínuas, integrando conscientização, mediação de conflitos, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de competências socioemocionais, alinhadas às diretrizes da BNCC e à legislação brasileira de proteção de crianças e adolescentes.

Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar a investigação sobre fatores contextuais que influenciam o bullying, como a dinâmica de grupos e características socioeconômicas e culturais dos estudantes, bem como realizar estudos longitudinais capazes de avaliar o impacto de políticas e intervenções ao longo do tempo. Tais esforços podem subsidiar modelos mais eficazes de prevenção e promoção de ambientes escolares seguros, inclusivos e socialmente justos.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO; Observatório de Violência; Ministério da Educação, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

AGÊNCIA BRASIL. **Nove em cada dez estudantes LGBTI+ sofreram agressão verbal na escola**. Brasília, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-04/nove-em-cada-dez-estudantes-lgbti-sofreram-agressao-verbal-na-escola>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ALMEIDA, K. L.; SILVA, A. C.; CAMPOS, J. S. Importância da identificação precoce da ocorrência do bullying: uma revisão de literatura. **Revista Pediatria**, v. 9, n. 1, p. 8-16, jan./jun. 2008.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2008.

BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 35-43, jan./jun. 2012.

BANDURA, A. **Social learning theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Carlos M. Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bnc>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Observatório Nacional dos Direitos Humanos – ObservaDH**. Dados sobre violência nas escolas (2013–2023). Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 21 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 nov.

2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 21 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. **Altera o Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes hediondos relacionados ao bullying e cyberbullying; e estabelece medidas de prevenção e combate à violência nas escolas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14811.htm. Acesso em: 21 mai. 2025.

CAVALCANTI, L. S. **Concepções de Geografia e de Geografia Escolar no mundo contemporâneo**. In: CAVALCANTI, L. S. A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Editora Papirus, 2008. p.15-38.

CHALITA, G. **Pedagogia da amizade: bullying, o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Gente, 2008.

CUNHA, E. R.; SANTOS, R. A. F. **A Geografia da Educação no Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. São Luís: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2016.

DUBET, François. **O que é uma escola justa? Da igualdade das oportunidades à justiça educacional**. São Paulo: Cortez, 2008.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

HAMZE, A. **Bullying escolar**. ABRÁPIA. Disponível em: <https://www.abrapia.org.br/bullying-escolar/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21457-a-saude-dos-adolescentes.html>. Acesso em: 24 mai. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 78-79.

LOPES NETO, A. A. **Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**. Jornal de Pediatria, v. 81, n. 5, p. S164-S172, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572005000700006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2025.

MARTINS, M. J. D. O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 1, p. 93-105, 2005.

NCES – National Center for Education Statistics. **Indicators of School Crime and Safety**: 2023. U.S. Department of Education, Washington, D.C., 2023. Disponível em: <https://nces.ed.gov/programs/crimeindicators/>. Acesso em: 21 mai. 2025.

OECD. **PISA 2022 Results (Volume III): Well-being and Belonging at School**. Paris: **OECD Publishing**, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/pisa-2022-results-volume-iii-85d18cfd-en.htm>. Acesso em: 21 mai. 2025.

OLWEUS, D. **School bullying: development and some important challenges**. Annual Review of Clinical Psychology, v. 9, p. 751-780, 2013.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial de Saúde Mental**: Transformando a saúde mental para todos. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acesso em: 21 mai. 2025.

OMS. **Saúde mental: fortalecer a nossa resposta**. Organização Mundial da Saúde, 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/10/1642142>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ORTEGA, Rosario. **Programas educacionais de prevenção da violência escolar na Espanha**: o Modelo Sevilha Anti-Violência escolar. In: DEBARBIEUX, Éric et al. Desafios e alternativas: violências nas escolas. Brasília: UNESCO, UNDP, 2003.

PEREIRA, B. O. **Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças**. 2. ed. Coimbra: Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2008.

SILVA, A. B. B. **Bullying**: cartilha 2010 – Projeto Justiça nas Escolas. Brasília: CNJ, 2010.

SÓ, S. L. **Bullying nas escolas: uma proposta de intervenção**. 2010. Monografia (Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOUZA, Liliane Pereira de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 1, n. 7, p. 20-34, 2012.

TOGNETTA, L. R. P. **Um olhar sobre o bullying escolar e sua superação**: contribuições da psicologia moral. In: TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. (org.). Conflitos na instituição educativa: perigo ou oportunidade. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

UNASUS. **OMS adverte que depressão é doença mais frequente na adolescência.** Universidade Aberta do SUS, 2023. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-adverte-que-depressao-e-doenca-mais-frequente-na-adolescencia>. Acesso em: 24 abr. 2025.

UNESCO. **Behind the numbers: Ending school violence and bullying.** Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374794>. Acesso em: 21 mai. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais.** São Paulo: Boitempo, 2013.

Recebido: 01/10/2025 Publicado: 16/12/2025

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito